



EQUILÍBRIO
AUDITORES
INDEPENDENTES

São Paulo, 06 de abril de 2023.

À
ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL
Rua Francisco Toledo, 124
Mauá – SP

Ref.:	<i>RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.</i>
-------	---

Prezados Senhores:

Como resultado de nossos serviços de Auditoria das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentamos-lhes as seguintes Demonstrações elaboradas pela Administração da Associação e a nós submetidas para exame, bem como as Notas Explicativas correspondentes:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração dos Resultados Abrangentes;
- Notas Explicativas.

Apresentamos também nosso Relatório de Auditoria dessas Demonstrações Contábeis.

Este Relatório foi precedido da respectiva Minuta para discussão datada de 14/03/2023.

Atenciosamente

NILSON DE LIMA BARBOZA
Contador CRC 1SP 188285/O-0
EQUILÍBRIO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP 035217/O-3



EQUILÍBRIO
AUDITORES
INDEPENDENTES



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Associados da
ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL
Mauá – SP

Opinião com Ressalvas

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL** (“**Associação**”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao terceiro setor.

Base para Opinião com Ressalvas

- a) O pronunciamento técnico CPC 27 – “Ativo Imobilizado” requer que o saldo do ativo imobilizado seja conciliado com a relação analítica e inventariada dos itens que o compõem e que a depreciação seja calculada com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, opção essa adotada pela Associação, conforme divulgado na Nota 3.2.2. Todavia, a Associação não nos apresentou o controle individual atualizado e conciliado dos bens registrados no ativo imobilizado com os registros contábeis, nos impossibilitando obter evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação aos saldos e movimentações do ativo imobilizado, bem como da despesa de depreciação registrada no exercício, no montante de R\$ 63.406.
- b) A Associação registrou em seu patrimônio social, como ajustes negativos de exercícios anteriores, o valor de R\$ 111.407, alegando tratar-se de erros imputáveis ao exercício anterior, em desacordo, portando, ao que prevê as práticas contábeis brasileiras, que define que a entidade deve corrigir o erro material de exercício anterior, retrospectivamente, nas primeiras demonstrações contábeis autorizadas para emissão após sua descoberta, por: (a) reapresentação dos valores comparativos para os exercícios anteriores apresentados em que o erro ocorreu; ou (b) se o erro ocorreu antes do período anterior mais antigo apresentado, recalculando o saldo inicial dos ativos, passivos e patrimônio líquido do período



anterior mais antigo apresentado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do Auditor Independente pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de Auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as divulgações efetuadas pela administração da Associação na Nota 1 às demonstrações contábeis, a respeito de sua atual situação financeira e os planos de ação previstos para recuperação. No exercício de 2022 a Associação tem apresentado problemas de fluxo de caixa, em função da incapacidade de pagar credores nas datas de vencimento, histórico de déficits nas operações, bem como a necessidade de captação de recursos através de empréstimos. A Administração está envidando esforços com o objetivo de minimizar os impactos em seu fluxo de caixa, conforme descritos na Nota 1. A continuidade das atividades da Associação dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma entidade em continuidade normal de suas atividades e, não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Associação continuar exercendo suas atividades. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Associação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos:

a) Estudo para avaliar a necessidade ou não de constituição de provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em função das discussões mantidas com a Administração e das evidências obtidas quanto a incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional da Associação, acreditamos que o valor em uso do ativo imobilizado tem se reduzido substancialmente, e que uma avaliação quanto ao valor de venda do ativo imobilizado, deduzido dos custos associados a uma possível venda, fosse devidamente formalizado e avaliado, de forma a concluir sobre a necessidade de constituição ou não de provisão



para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Conforme divulgado na Nota 13, foi apresentado pela administração da Associação, o cálculo do valor recuperável do ativo imobilizado, considerando uma única Unidade Geradora de Caixa, no qual prevaleceu o valor estimado de venda, líquido das despesas de venda, em relação ao seu valor em uso. Esse valor recuperável foi suportado por estimativas de valor de mercado do seu imobilizado, substancialmente representado pelo terreno e edificações, os quais superam o valor contábil desses ativos, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de Auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a Auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na Auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se



causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a Auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da Auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de Auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de Auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorções relevantes resultantes de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos procedimentos de Auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de Auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações não forem feitas ou forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a Administração e com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



EQUILÍBRIO
AUDITORES
INDEPENDENTES

Outras informações

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós, e emitimos relatório de auditoria em 18 de abril de 2022, com ressalvas.

São Paulo, 06 de abril de 2023.

Equilíbrio Auditores Independentes
CRC 2SP 035217/O-3

Nilson de Lima Barboza
Contador
CRC 1SP 188285/O-0



EQUILÍBRIO
AUDITORES
INDEPENDENTES



ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL
CNPJ nº 50.136.076/0001-17

BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em reais)

	<i>Nota</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
<i>ATIVO</i>	<i>Explicativa</i>	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
CIRCULANTE		1.413.814	1.060.336
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	1.056.449	791.533
Caixa e Bancos	6	5.066	215.622
Aplicações Financeiras	7	1.051.383	575.911
Créditos a Receber	9	216.943	233.559
Estoques	10	13.996	13.996
Outros Valores a Receber	11	114.173	9.773
Adiantamentos a Funcionários		114.146	9.773
Tributos a Recuperar		27	-
Despesa Antecipada		12.253	11.475
NÃO CIRCULANTE		552.548	615.454
Imobilizado	13	552.548	615.454
TOTAL DO ATIVO		1.966.362	1.675.790

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.



ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL
CNPJ nº 50.136.076/0001-17

BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em Reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	2022	2021
		R\$	R\$
CIRCULANTE		1.722.088	1.108.486
Fornecedores	14	17.615	46.300
Obrigações Fiscais	15	426	426
Obrigações com Empregados	16	316.912	365.522
Férias a Pagar	17	435.554	240.944
Outras Contas a Pagar	18	46.398	18.347
Recursos Recebidos para Aplicação em Projetos	19	667.273	309.428
Empréstimos	21	237.910	127.519
NÃO CIRCULANTE		-	112.910
Empréstimos	21	-	112.910
PATRIMÔNIO SOCIAL		244.274	454.394
Patrimônio Social		342.987	702.312
Déficit do Exercício	23	(98.713)	(247.918)
TOTAL DO PASSIVO		1.966.362	1.675.790

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.



ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL
CNPJ nº 50.136.076/0001-17
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em Reais)

	<i>Nota Explicativa</i>	2022	2021
		R\$	R\$
RECEITAS OPERACIONAIS		7.595.897	4.270.549
Com Restrição	24	6.103.647	2.860.219
Projeto Adolescentes Trabalhador		5.498.951	2.633.216
Convênio Subvenções e Doações		604.696	227.003
Sem Restrição	25	1.492.250	1.410.330
Venda – Cantina		-	722
Associados		4.076	3.298
Taxa Administrativa Adolescente Trabalhador		1.206.057	943.647
Doações		-	72.553
Créditos da Nota Fiscal Paulista		16.437	3.271
Outras Receitas		112.191	65.331
Doações Recebidas - Aluguel		26.400	-
Voluntários		79.965	307.429
Apenados		31.470	-
Receita Financeira		15.654	7.386
Receita Extraordinária	20	-	6.693
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Custos com Programas	24	(5.988.874)	(3.274.181)
RESULTADO BRUTO		1.607.023	996.368
DESPESAS OPERACIONAIS	26	(1.705.736)	(1.244.286)
Despesas Com Pessoal e Administrativa		(1.326.215)	(708.658)
Despesas Serviços Prestados		(151.300)	(155.370)
Serviços Voluntários		(79.965)	(307.429)
Serviços Comunitários da Justiça		(31.470)	-
Impostos e Taxas	27	(5.507)	(3.456)
Depreciação e Amortização		(63.406)	(65.187)
Despesa Financeira		(47.873)	(4.186)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(98.713)	(247.918)

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.



ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL
CNPJ nº 50.136.076/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em Reais)

Descrição	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Total
		R\$	R\$	R\$
Saldo em 31.12.2020		709.637	(7.325)	702.312
Transferência para o Patrimônio Social		(7.325)	7.325	-
Déficit do Exercício		-	(247.918)	(247.918)
Saldo em 31.12.2021		702.312	(247.918)	454.394
Transferência para o Patrimônio Social		(247.918)	247.918	-
Déficit do Exercício	23		(98.713)	(98.713)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(111.407)	-	(111.407)
Saldo em 31.12.2022		342.987	(98.713)	244.274

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.



ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL
CNPJ nº 50.136.076/0001-17
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em Reais)

FLUXO DE CAIXA	2022	2021
	R\$	R\$
Atividades Operacionais		
Déficit do Exercício	(98.713)	(247.918)
Ajustes para conciliar o Lucro Líquido ao Caixa originados (aplicados) das (nas) atividades Operacionais		
Depreciação	63.406	65.187
Ajustes de Exercícios Anteriores	(111.407)	-
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais		
De Créditos a Receber	16.616	6.049
De Estoques	-	(884)
De Outros Valores a Receber	(104.400)	10.577
De Despesas Antecipadas	(778)	(352)
Fornecedores	(28.685)	35.934
Depósitos Judiciais	-	9.513
Obrigações com Empregados	(48.610)	183.092
Recursos Recebidos para aplicação em projetos (com restrição)	357.845	309.428
Férias a Pagar	194.610	45.193
Outras Contas a Pagar	28.051	(373)
Caixa Líquido Originado pelas Atividades Operacionais	267.935	415.446
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(500)	(50.190)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	(500)	(50.190)
Atividades de Financiamento		
Pagamentos: de Empréstimos	(127.519)	(9.571)
Empréstimos Tomados	125.000	250.000
Caixa Originado pelas Atividades de Financiamento	(2.519)	240.429
Caixa Líquido Total Originado	264.916	605.685
Aumento das Disponibilidades	264.916	605.685
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício (nota – 8)	791.533	185.848
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício (nota – 8)	1.056.449	791.533

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.



ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL
CNPJ nº 50.136.076/0001-17

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<i>Nota explicativa</i>	2022 R\$	2021 R\$
Déficit do Exercício	23	(98.713)	(247.918)
Componentes do Resultado Abrangente:			
- Ajustes de exercícios anteriores		(111.407)	-----
Resultado Abrangente do Exercício		(210.120)	(247.918)

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.



ASSOCIAÇÃO ESTRELA AZUL
CNPJ nº 50.136.076/0001-17

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Estrela Azul é uma associação civil, de direito privado, beneficente de assistência social, sem fins econômicos, que desde 1981 atua no atendimento a crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme diretrizes preconizadas no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069 de 13/07/1990 e LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social - Lei nº 8.742, de 07/12/1993, Leis nº 10.097/2000 e nº 11.180/2005 - Lei do Aprendiz, Decreto nº 5.598/2005 e à CLT Consolidação das Leis Trabalhistas.

Seus programas e estruturas são mantidos mediante parcerias firmadas com os Governos Municipal, Estadual e Federal, com o apoio de Empresas Privadas e da Comunidade.

Atualmente a Associação Estrela Azul é uma Associação civil, sem fins econômicos ou lucrativos, com personalidade jurídica diferente de seus associados, com tempo de duração ilimitado e com as seguintes finalidades:

- a) Assistenciais, tendo em vista a orientação a associados e à comunidade, visando a promoção social em todos os aspectos, no que se refere à proteção social básica e especial, profissionalização e geração de renda das famílias atendidas.
- b) As atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer terão por foco a constituição de espaços de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e autonomia, de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social, bem como, extensivamente, as suas respectivas famílias a partir dos interesses, e demandas e potencialidades dessa faixa etária, as intervenções serão realizadas como forma de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.
- c) Culturais, objetivando a divulgação, entre os associados e na comunidade, de conhecimentos gerais, especializados ou outros de interesse sócio-cultural, através de cursos versando sobre artes e atualidades, conferências, projeções de filmes, debates e, eventualmente, da impressão e distribuição de um Boletim da Associação.
- d) Educacionais, com a instalação de cursos profissionalizantes industriais e comerciais, de creches, pré-escola e outros, visando à melhoria das condições de vida da comunidade.

O objetivo da **Associação Estrela Azul** é a promoção de atividades com finalidades de relevância pública e social, atendendo crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social, bem como, extensivamente, as suas respectivas famílias, tendo como **missão** contribuir, mediante o desenvolvimento de programas educacionais, profissionalizantes, esportivos, culturais e de lazer, para que crianças, adolescentes e jovens, bem como, seus familiares, se capacitem ao pleno exercício da cidadania.

Continuidade operacional:

Conforme divulgado na Nota 23, embora a Associação tenha apurado um déficit de R\$ 98.713 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a entidade seguiu o cumprimento dos planos/metast e previsão orçamentária, no entanto, o número de



atendimentos que oferecemos foi superior ao custeado parcialmente pelos projetos/programas. Conforme consta do Relatório da Administração, foi aprovada a previsão orçamentária da Associação para 2023, a qual apresentou: Receitas estimadas: R\$ 7.883.339 (sete milhões, oitocentos e oitenta e três mil e trezentos e trinta e nove reais), despesas estimadas: R\$ 7.618.773 (sete milhões, seiscentos e dezoito mil e setecentos e setenta e três reais) gerando um Superávit projetado de R\$ 264.566 (duzentos e sessenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e seis reais).

Com a finalidade de equacionar e viabilizar a continuidade da instituição visando a consecução e manutenção dos projetos/programas em curso e a viabilidade do projeto da construção da nova sede, o empenho da diretoria, colaboradores, parceiros, associados, aprendizes e comunidade para a captação de recursos dar-se-ão, através da continuidade das seguintes ações: **Resgatando antigos aprendizes, prospectando novas empresas, Projeto adote uma criança, Nutrindo Estrelas, Captação através do site da Associação e mídias sociais, Parcerias com as empresas, comunidade e voluntários** para custear os eventos/programas e projetos. **A diretoria está convicta do empenho de todos e no sucesso na aplicação destas ações. E tomará todas as medidas necessárias para o alcance das metas propostas**

NOTA 2 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas e apresentadas em observância à Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a interpretação ITG 2002, aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros e em conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua (moeda funcional). Tais Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais, omitidos os centavos.

Essas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Associação e autorizadas para emissão em 14 de março de 2023.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 - Base de Preparação e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas pela Associação de acordo com a NBC TG 1000 e a ITG 2002 (R1) e estão sendo apresentadas de forma comparativa ao exercício anterior. A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com a NBCT TG 1000 requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis, estão divulgadas na Nota 4. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

3.1.1 - Ativo Circulante - O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

3.1.1.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e as aplicações financeiras e estão divulgadas na Nota nº 8.

3.1.1.2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo. Caso não seja registrado pelo valor justo, o Ativo ou Passivo Financeiro será registrado por meio do resultado dos custos das transações que sejam atribuídas diretamente à aquisição ou emissão de Ativo ou Passivo Financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data do Balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado; recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

3.1.1.3 - Aplicações Financeiras

Os títulos e valores mobiliários possuem características de disponível para venda e estão acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado) que se aproximam do valor justo.

3.2 - Ativo Não Circulante

3.2.1 – Ativo Contingente

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Se a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, o ativo não é contingente e deve ser reconhecido contabilmente;

Se a entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa, nenhum ativo é reconhecido, mas a divulgação é exigida;

Se a entrada não é provável, nenhum ativo é reconhecido e nenhuma divulgação é exigida.

3.2.2 - Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear com base no prazo de vida útil desses ativos.

Descrição	Anos
Edificações	44 anos
Veículo	5 anos
Moveis e utensílios	4,5 a 8 anos
Tecnologia, Informática e Telecomunicação	1 a 2 anos
Máquinas e Equipamentos	6 a 11,7 anos



Com base na opção exercida pela Associação, na adoção inicial dos Pronunciamentos Contábeis, foram avaliados a valor justo os bens imóveis e móveis, com base na adoção do custo atribuído aos correspondentes ativos.

3.2.3 – “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os Ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.2.4 – “Impairment” de Ativos Financeiros

Ao final de cada exercício, a Associação avalia se há evidência objetiva de que Ativos Financeiros estão deteriorados.

Os critérios que a Associação usa para determinar se há evidências objetivas de uma perda por “impairment” incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Quebra de contrato, como, por exemplo, inadimplência ou mora no pagamento de juros ou valor principal;
- iii. O desaparecimento de um mercado para determinado Ativo Financeiro.

3.3 - Passivo Circulante e Não Circulante - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.

3.3.1 - Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civil e impostos indiretos), quando aplicável, são reconhecidas quando a Associação: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O Aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesas financeiras.

3.3.2 - Patrimônio Social

O Patrimônio Social compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos até 31 de dezembro de 2020.

3.3.3 - Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo das contraprestações recebidas ou a receber.

(a) Receitas Próprias

As receitas de atividades próprias (serviços prestados no programa Adolescente



Trabalhador), mantido junto a parceiros pessoas jurídicas, são reconhecidas no resultado em função de sua realização. As receitas relativas às doações ou contribuições voluntárias são registradas quando do recebimento financeiro ou físico, momento em que são consideradas realizadas.

(b) Receita de Convênios

A receita decorrente de convênios recebida na forma de ativo monetário é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento de cada programa.

(c) Receita Com Voluntários

As receitas de voluntariado são registradas pelo regime de competência, baseadas nos Termos de Voluntariados assinados entre as partes, cujos valores são mensurados pelo valor do salário/hora de um trabalhador em regime de CLT nas mesmas funções assumidas pelo voluntário.

(d) Receita Financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.3.4 - Reconhecimento das Despesas

As despesas são reconhecidas pelos seus valores originais conhecidos quando incorridos.

- a) **Gratuidades** - As Despesas e os custos das Gratuidades foram apurados integralmente pelo regime de competência.
- b) **Renúncia Fiscal** – conforme orientado pela ITG 2002, a Renúncia Fiscal (imunidades tributárias) não se enquadra como subvenções. A renúncia fiscal é controlada apresentada em contas de compensação, para melhor evidenciação dessa redução ou isenção tributária.

NOTA 4 - JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das Demonstrações Contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além de auxílio de especialistas, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a seleção de vida úteis dos bens do imobilizado, avaliação dos instrumentos financeiros e as estimativas de valores e probabilidade de perda/ganho dos processos trabalhistas e ativos contingentes.

NOTA 5 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Associação se expõem a alguns riscos financeiros: Risco de Crédito e



Risco de Liquidez:

(a) Risco de Crédito

O risco de créditos decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros e depósitos em instituições financeiras. Para as instituições financeiras são aceitos somente títulos considerados recebíveis.

(b) Risco de Liquidez

A previsão do Fluxo de Caixa é realizada pela Diretoria Financeira através da monitoração das previsões orçamentárias para assegurar que a Associação tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Associação, além do saldo exigido para administração do Capital Circulante é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme as referidas previsões.

NOTA 6 - CAIXA E BANCOS

Estão compostos pelos saldos em conta corrente da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2021 e de 20120:

<i>Descrição</i>	2022	2021
	R\$	R\$
Caixa	1.584	459
Bancos Conta Movimento:	-	14.313
Sem Restrição	-	14.313
Bancos Conta Movimento:	3.482	200.850
Com Restrição (*)	3.482	200.850
Total	5.066	215.622

(*) Em 2021, recursos destinados exclusivamente para custeio do Projeto Formando Estrelas.

(*) Em 2022, recursos destinados exclusivamente para custeio do Projeto CABOT.

NOTA 7 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se às aplicações em Fundos de Investimentos, registradas ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos até 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estando assim apresentadas:



Descrição	2022	2021
	R\$	R\$
Aplicações Com Restrição (*)	983.382	438.991
Aplicações Com Restrição (**)	57.046	89.205
Aplicações Sem Restrição	10.955	47.715
Total	1.051.383	575.911

(*) Em 2022, recursos destinados exclusivamente para custeio dos Projetos Adolescentes Trabalhador.

(**) Em 2022, projeto formando estrelas.

NOTA 8 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Descrição	2022	2021
	R\$	R\$
Caixa	1.584	459
Bancos – sem restrição	-	14.313
Bancos – com restrição	3.482	200.850
Aplicações financeiras – sem restrição	10.955	47.715
Aplicações financeiras – com restrição	1.040.428	528.196
Total	1.056.449	791.533

Os recursos classificados como “com restrição” são aqueles vinculados aos projetos e só podem ser utilizados para a execução dos projetos a que pertencem.

NOTA 9 - CRÉDITOS A RECEBER

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Descrição	2022	2021
	R\$	R\$
Projeto Menor Aprendiz Parceria	216.943	233.559
Total	216.943	233.559

	2022	2021
<u>Créditos a vencer</u>		
91 a 180 dias	216.943	233.559
	216.943	233.559
<u>Créditos vencidos</u>		
De 31 a 90 dias	-	-
De 91 a 360 dias	-	-
Mais de 360 dias	-	-



216.943

233.559

Os Créditos a Receber compreendem as contas a receber de valores referentes às parcerias com pessoas jurídicas do Programa Adolescente Trabalhador, incluindo os valores de reembolso da remuneração dos adolescentes e as taxas administrativas, reconhecidos pela competência conforme o faturamento do serviço prestado. O prazo médio de recebimento é inferior a 90 dias e, por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável e relevante. A administração da Estrela Azul, através de seus consultores jurídicos, envida todos os esforços visando cobrar e receber os valores de créditos vencidos.

NOTA 10 - ESTOQUES

Os estoques da Associação são constituídos por material de escritório e pedagógico; alimentos e produtos de higiene e limpeza, registrados contabilmente custo médio de aquisição.

NOTA 11 – Outros Valores a Receber

O saldo de adiantamentos a funcionários e a fornecedores tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a Funcionários:	114.146	9.773
Adiantamento de férias	114.146	9.773
Tributos a Recuperar	27	-
Total	114.173	9.773

NOTA 12 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Essa rubrica está representada pelos valores depositados judicialmente, em 3 de setembro de 2018, associados a processo trabalhista em discussão no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Foi constituída provisão para pagamento de eventual condenação nesse processo, em virtude do advogado responsável pela causa, classificar o risco de perda do processo como provável, em 2019. Em 2020, de acordo com a opinião do advogado, esse risco de perda foi reavaliado, e classificado como possível. Dessa forma, a referida provisão foi estornada, conforme mencionado na Nota 20.

Os Magistrados da 16ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em: por unanimidade de votos, CONHECER do recurso interposto pela primeira ré e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para, julgando improcedente a ação, excluir a condenação ao pagamento de indenização por danos morais e estéticos, bem assim de indenização pelo período estabilitário, nos termos da fundamentação.

Diante da decisão proferida nos autos, em 26/04/2021 foi emitido pelo poder judiciário, o alvará eletrônico de pagamento, no valor de R\$ 10.331,33, relativos ao depósito judicial atrelado a esse processo, no valor de R\$ 9.513,16. O valor atualizado do depósito foi levantado em 30/04/2021.

NOTA 13 - IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os bens do Imobilizado apresentam-se registrados da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Terrenos	162.066	162.066
Imóvel	280.000	280.000
Edificações	125.934	125.934
Veículo	117.553	117.553
Móveis e Utensílios	82.366	82.366
Tecnologia, Informática e Telecomunicação	107.682	107.182
Máquinas e Equipamentos	79.259	79.259
Subtotal	954.860	954.360
(-) Depreciação/Amortização acumulada	(402.312)	(338.906)
Custo do ativo imobilizado líquido da depreciação/ amortização acumulada	552.548	615.454

Movimentação do exercício (Custo de Aquisição)

	31/12/2021	Adição	Baixa	31/12/2022
Terrenos	162.066	-	-	162.066
Imóvel	280.000	-	-	280.000
Edificações	125.934	-	-	125.934
Veículos	117.553	-	-	117.553
Móveis e Utensílios	82.366	-	-	82.366
Tecnologia, Informática e Telecomunicação	107.182	500	-	107.682
Máquinas e Equipamentos	79.259	-	-	79.259
Subtotal do custo do ativo imobilizado	954.360	500	-	954.860
Depreciação/ amortização acumulada	(338.906)	(63.406)	-	(402.312)
(-) Custo do ativo imobilizado líquido da depreciação/amortização	615.454	(62.906)	-	552.548

Movimentação do exercício (Depreciação)

Descrição	31/12/2021	Adição	Baixa	31/12/2022
Edificações	(113.650)	(16.236)	-	(129.886)
Móveis e Utensílios	(56.602)	(6.735)	-	(63.337)
Veículos	(54.292)	(23.510)	-	(77.802)
Tecnologia, Informática e Telecomunicação	(69.934)	(10.417)	-	(80.351)
Máquinas e Equipamentos	(44.427)	(6.508)	-	(50.935)
Total da depreciação/ amortização acumulada	(338.906)	(63.406)	-	(402.312)

Doação Cabot:

Em 19/03/2021, a Cabot formalizou a doação para a Associação, conforme NF 124162, de 2 mesas de bilhar e 1 mesa de pimbolim. O objetivo dessa doação é que seja utilizada como meio de recreação pelos atendidos da Associação, ou ainda, ficou autorizada a venda desses bens, pela Associação, desde que a receita auferida fosse revertida integralmente na manutenção dos projetos/programas desenvolvidos pela Associação.



Em abril de 2021, as 2 mesas de bilhar foram vendidas gerando R\$ 2.300,00 de recursos, revertidos integralmente para as operações da Associação.

Bens em garantia de empréstimo:

Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, a Associação deu em garantia (alienação fiduciária) de empréstimos contraídos, terreno, com área de 150 m2, constituído de parte do lote 3, da quadra 92, da gleba “B”, do Jardim Zaira, Mauá – SP, matriculado sob nº 22.575, Livro nº 2 – Registro de Imóveis de Mauá – SP.. A edificação integra a garantia concedida.

Análise de Impairment:

A administração da Associação elaborou estudo para avaliar a necessidade da constituição de provisão para recuperação ao valor recuperável do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021, levando-se em conta o maior valor entre o seu valor em uso e o preço líquido de venda, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, divulgado na Nota 3.2.3, levando-se em conta, principalmente, as incertezas significativas relacionadas com a continuidade operacional, divulgada na Nota 1, o que demonstra que o valor em uso pode ser negativo.

A Administração da Associação, efetuou o cálculo do valor recuperável do ativo imobilizado, considerando uma única Unidade Geradora de Caixa, no qual prevaleceu o valor estimado de venda, líquido das despesas de venda, em relação ao seu valor em uso. Esse valor recuperável foi suportado por estimativas de valor de mercado do seu imobilizado, substancialmente representado pelo terreno e edificações, obtidos de corretores de imóveis independentes, os quais superam o valor contábil desses ativos, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

NOTA 14 - FORNECEDORES

Referem-se aos valores devidos a nossos Fornecedores, os quais serão quitados no exercício subsequente. O prazo médio de pagamento é inferior a 60 dias e, por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável e relevante.

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão compostos da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>2022</i> <i>R\$</i>	<i>2021</i> <i>R\$</i>
IRRF a Recolher	426	426
Total	426	426

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Estão compostas da seguinte forma em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

<i>Descrição</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
------------------	-------------	-------------



	R\$	R\$
Salários	262.401	295.517
- Administrativo	50.104	40.093
- Projeto Menor Aprendiz	212.297	255.425
Acordos trabalhistas e rescisões a pagar	2.207	25.879
Previdência Social	30.945	26.938
FGTS	16.747	14.693
Pensão Alimentícia	734	213
Cont Prev MP540/11 TR	122	122
Impostos e contribuições a Recolher	3.756	2.159
Total	316.912	365.522

NOTA 17 – FÉRIAS A PAGAR

Referem-se às Férias a que fazem jus os funcionários a partir dos direitos trabalhistas incorridos, acrescidos dos encargos calculados até 31 de dezembro de 2022.

NOTA 18 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Estão compostas da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
	<i>R\$</i>	<i>R\$</i>
Contas a Pagar	21.398	18.347
Prov. Honorários de Auditoria	25.000	-
Total	46.398	18.347

Esse saldo de contas a pagar é basicamente composto pela obrigação relativa aos aluguéis e seguros devidos.

NOTA 19 – RECURSOS RECEBIDOS PARA OPERAÇÕES EM PROJETOS (COM RESTRIÇÃO)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Associação registrou nessa rubrica, o saldo de recursos recebidos e que objetivamente serão aplicados nos programas e projetos a esses vinculados. Esses recursos serão reconhecidos no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas no desenvolvimento de cada programa.

O saldo dessa rubrica contábil, em 31/12/2022 de tem a seguinte composição:

• Projeto F.E.M a realizar	R\$ 6
• Projeto Formando Estrelas - 2022	R\$ 56.840
• Projeto BB Esporte Federal	R\$ 606.946
• Projeto CABOT	R\$ 3.481
	<u>R\$ 667.273</u>

O saldo dessa rubrica contábil, em 31/12/2021 de tem a seguinte composição:

• Projeto Esporte III	R\$ 3.878
-----------------------	-----------



• Projeto Formando Estrelas	R\$ 200.850
• Projeto BB Judô	R\$ 54.700
• Projeto BG Esporte	<u>R\$ 50.000</u>
	R\$ 309.428

NOTA 20 – PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

- a) A Associação, embora possuidora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, tem recolhido a contribuição ao PIS, a razão de 1%, incidente sobre sua folha de pagamento. Todavia, levando-se em conta a decisão transitada em julgado no STF, em 22/04/2014, quando do julgamento do recurso extraordinário nº 636.941/RS, submetido a sistemática de repercussão geral, no qual foi decidido que as entidades beneficentes de assistência social não se submetem ao regime tributário disposto no art.2º,II, da Lei nº 9.715/98, e no art.13, IV, da MP nº 2.158-35/2001 e que o entendimento de que a imunidade prevista no artigo 195, §7º, da Constituição Federal, alcança também as contribuições sociais devidas ao PIS, resolveu a Administração da Associação, entrar com o pedido de restituição dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 5 anos, e continuar recolhendo a referida contribuição até que seja autorizado, pela entidade tributária, a referida compensação.

Contudo estão abrangidas pela imunidade apenas as entidades que preencheremos requisitos da Lei nº 12.101/2009 e, anteriormente, da Lei nº 8.212/91, art.55, bem como os requisitos previstos nos artigos 9º e 14 do CTN – Código Tributário Nacional. O presente entendimento foi acatado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional através da Nota Explicativa PGFN/CASTF 637/2014. Através da mesma Nota, a PGFN comunicou a Receita Federal do Brasil da decisão. Dessa forma, a RFB encontra-se vinculada ao entendimento proferido pelo STF no julgamento do RE nº 636.941/RS.

Como os ativos contingentes são caracterizados por situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (inclusive no que se refere a avaliação sobre o preenchimento dos requisitos previstos na legislação), a entrada desses benefícios econômicos foi considerada provável, mas não praticamente certa, segundo avaliação da Administração da Associação; e dessa forma, nenhum ativo foi reconhecido.

- b) Os livros fiscais e as declarações de imposto de renda dos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão final por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais também estão sujeitos à revisão e eventual tributação adicional, variando em cada caso o prazo de prescrição e ou decadência do crédito tributário eventualmente existente.
- c) Os procedimentos de auditoria se basearam no acesso a dados mantidos pela administração da Associação. Assim como, em relação aos prováveis litígios, os procedimentos de auditoria visaram obter o entendimento geral sobre a matéria, discussões com a gerência administrativa e financeira e, a obtenção de respostas formais dos consultores jurídicos externos da Associação.

NOTA 21 – EMPRÉSTIMOS

- a) Em 01/11/2021 a Associação firmou contrato de mútuo/confissão de dívida, com o Sr. Jacson Mitsui, através do qual levantou o montante de R\$ 250.000. Os recursos foram



efetivamente disponibilizados/liberados em 29/10/2022. A data de vencimento do contrato é 01/09/2023 e a taxa de juros é de 1,6% ao mês. O contrato será amortizado em 22 parcelas, iguais e consecutivas, de R\$ 13.570,47, totalizando em R\$ 298.550,34.

Para garantia desse contrato, a Associação deu em garantia (alienação fiduciária), terreno, com área de 150 m², constituído de parte do lote 3, da quadra 92, da gleba "B", do Jardim Zaira, Mauá – SP, matriculado sob n° 22.575, Livro n° 2 – Registro de Imóveis de Mauá – SP.

b) Em 28/11/2022 a Associação firmou contrato de mútuo/confissão de dívida, com o Sra. Izabela Sanches Simões Canteiros, através do qual levantou o montante de R\$ 25.000. Os recursos foram efetivamente disponibilizados/liberados em 29 e 30/11/2022. A data de vencimento do contrato é 10/7/2022, sobre o qual não incidirá juros remuneratórios. O contrato será amortizado em 6 parcelas, iguais e consecutivas, de R\$ 4.167,00, totalizando em R\$ 25.002,00.

c) Em 19/12/2022 a Associação firmou contrato de mútuo/confissão de dívida, com o Sr. Luiz Aparecido Ferreira e Sra. Ana Clara dos Santos Ferreira, através do qual levantou o montante de R\$ 100.000. Os recursos foram efetivamente disponibilizados/liberados em 19/12/2022. A data de vencimento do contrato é 19/12/2022 e a taxa de juros é de 1,6% ao mês. O contrato será amortizado em 12 parcelas, iguais e consecutivas, de R\$ 9.225,21, totalizando em R\$ 110.702,52.

Para garantia desse contrato, a Associação deu em garantia (alienação fiduciária), terreno, com área de 150 m², constituído de parte do lote 3, da quadra 92, da gleba "B", do Jardim Zaira, Mauá – SP, matriculado sob n° 22.575, Livro n° 2 – Registro de Imóveis de Mauá – SP.

NOTA 22 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Conforme artigo 6.o, do Estatuto da Associação, os membros da administração não recebem, sob título algum, pagamento por suas atividades diretas na Associação Estrela Azul, sendo vedada remuneração a quem participa da administração, bem como não são distribuídos lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes e mantenedores, sob nenhuma forma.

NOTA 23 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Superávit é aplicado integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Eventual déficit é integralmente absorvido pelo Patrimônio Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Associação apurou Déficit de R\$ 98.713.



NOTA 24 – RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS COM PROGRAMAS

As Receitas, Custos e despesas por programa estão compostas da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	2022 R\$	2021 R\$
RECEITAS COM RESTRIÇÕES - PROJETOS E SUBVENÇÕES	6.103.647	3.240.200
Projeto Adolescente Trabalhador	5.498.951	2.633.216
Projeto Rede Social de Proteção Básica Municipal	176.897	159.600
Projeto Esporte	88.486	307.429
Projeto Esporte Federal	95	-
Projeto Formando Estrelas 2022	153.563	-
Projeto Judo	76.488	-
Projeto Costurando Estrelas	-	67.403
Projeto CABOT	46.752	-
Projeto Nutrindo Estrelas	44.746	-
Doações	17.669	72.552
CUSTOS E DESPESAS COM PROGRAMAS	(5.988.874)	(3.274.181)
Projeto Adolescente Trabalhador	(5.464.564)	(2.846.388)
Projeto Rede Social de Proteção Básica Municipal	(134.543)	(180.100)
Projeto Esporte	(101.407)	(219.113)
Projeto Costurando Estrelas	(19.631)	(13.301)
Projeto Formando Estrelas	(108.673)	-
Contra Partida dos Convênios	-	(279)
Projeto Padaria Escola	-	(15.000)
Projeto CABOT	(36.118)	-
Projeto Judo	(69.261)	-
Projeto Nutrindo Estrelas	(54.677)	-
RESULTADO DOS PROGRAMAS	114.773	(33.981)

A Associação recebe das Pessoas Jurídicas parceiras, mediante contrato para o desenvolvimento de programa de aprendizagem, montantes suficientes para subsidiar os custos e despesas com a Folha de Pagamento e correspondentes Encargos Trabalhistas com o programa Adolescente Trabalhador. Os montantes recebidos estão contabilizados sob a rubrica Receita Programa Adolescente Trabalhador e somam no exercício R\$ 5.464.564.

NOTA 25 – RECEITAS E DESPESAS SEM RESTRIÇÕES

A Associação recebe das Pessoas Físicas e Jurídicas, mediante termo de doação, recursos para manutenção da entidade. Os montantes recebidos estão contabilizados em Doações/Subvenções/Contribuições Sem Restrição.

NOTA 26 – DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se a despesa com pessoal da Associação acrescido dos encargos calculados até 31 de dezembro de 2022, bem como as despesas administrativas da Matriz e Filial, as despesas com serviços prestados por terceiros, despesas financeiras e os impostos e taxas.



NOTA 27 - IMUNIDADE / ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

A Associação atua em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), conforme código 94.30-8-00 - Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais, aplicando sua receita integral nos serviços sócio- assistenciais prestados, de forma gratuita, de modo que os usuários da assistência social da Associação não contribuem com nenhum tipo de remuneração ou contraprestação, tendo com isso a gratuidade integral dos seus serviços prestados. Portanto, a Associação aplica inteiramente seus recursos em gratuidades assistenciais, dando total cumprimento ao disposto no Artigo 18, Seção III, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

A título de demonstração, a Associação vem calculando seus tributos e contribuições sociais usufruídas a partir de agosto de 2012, com base na Lei nº 8.212/91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à Isenção (Imunidade) usufruída – INSS.

Em 2020 conforme publicação do CFC – Conselho Federal de Contabilidade orientado pela ITG 2002, conforme mencionado na Nota 3.3.4 b), a Renúncia Fiscal (imunidades tributárias) não se enquadra como subvenções. A renúncia fiscal é apresentada e controlada em conta de compensações, para melhor evidência dessa redução ou isenção tributária.

Assim sendo, em 2022 e 2021, tais benefícios de impostos e contribuições foram lançados em contas de compensação e estão demonstrados na Nota Explicativa nº 31.

NOTA 28 - CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Associação foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, pelo Processo nº 28.996.020.371/94-05, em 17/03/95; Declarada Entidade de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2226, de 21/03/89; Declarada de Utilidade Pública Federal pelo MJ nº 21.155/90-49 e Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 7.620, de 10/12/91.

A Associação possui seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS deferida por meio da Resolução CNAS nº 214/2007, que teve a renovação DEFERIDA sob o nº. 71000.025454/2018-79, conforme Portaria nº 178, de 27 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30/07/2018, com validade de 24/08/2018 a 23/08/2021.

A Associação encaminhou o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), através do canal Web em 12/05/2021 com o Processo nº 2358740094619/2021. Em 05/08/2022, o Ministério da Cidadania, através da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento da Rede Socio Assistencial Privado do SUAS, Coordenação Geral de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, Coordenação de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, emitiu o Comprovante de Protocolo Tempestivo de Requerimento de Renovação da Certificação, confirmando que a Entidade protocolou pedido de renovação em 12/05/2021. **Em 10 de outubro de 2022**, através da Portaria nº 108, **a Secretaria Nacional de Assistência Social**, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos apresentados, **deferiu**, entre outros, **a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Associação**, por atender os requisitos legais constantes na Lei



nº12.101/2009, com base no Processo nº 2358740094619/2021, com vigência de 24/08/2021 a 27/08/2024.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

A Associação mantém as seguintes coberturas de seguros:

Cobertura	2022 R\$
Incêndio, Explosão, Fumaça	390.000
Danos Elétricos	15.000
Perda de Aluguel	20.000
Subtração de Bens	50.000
Equipamentos Eletrônicos	15.000
Responsabilidade Civil	15.000
Quebra de Vidros	12.000
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo	90.000
Roubo/ Furto Qualificado	5.000
Veículos: Casco: Colisão, Incêndio e Roubo	100% FIP
Veículos: Danos Materiais	180.000
Veículos: Danos Corporais	180.000
Veículos: Danos Morais	30.000
Veículos: Invalidez	25.000
Veículos: Morte	25.000

A Administração da Associação entende que os valores de cobertura contratados são suficientes para salvaguardar os ativos das Associação e eventuais perdas advindas de sinistros. Estas coberturas foram contratadas com as apólices contendo as seguintes vigências: Sede, 22/07/2022 a 22/07/2023; Sede (124), 12/12/2022 a 12/12/2023; Sede (98), 03/06/2022 a 03/06/2023; Filial: 12/12/2021 a 12/12/2022; Veículo Fiat: 28/02/2022 a 28/02/2023 e Veículo Toyota:– 28/09/2022 a 28/09/2023.

NOTA 30 – RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A Associação apresenta através deste Relatório o conjunto das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas. As principais informações consideradas relevantes apresentam um melhor detalhamento que consideramos ser suficiente para o entendimento de seus usuários e necessário para um processo decisório.

NOTA 31 – CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Conforme mencionado na nota explicativa 26 acima, de acordo com a publicação do CFC – Conselho Federal de Contabilidade orientado pela ITG 2002, a renúncia fiscal foi apresentada e controlada, em conta de compensação, para melhor evidenciação dessa redução ou isenção tributária.



Descrição	2022 R\$	2021 R\$
Despesa com Pessoal e Administrativa	<u>278.157</u>	<u>211.067</u>
Custo com Programas	<u>3.287.037</u>	<u>510.021</u>
Despesas com Impostos e Taxas:	<u>2.025.750</u>	<u>481.594</u>
Despesas com Impostos e Taxas – CSSL	419.315	103.860
Despesas com Impostos e Taxas – IRPJ	975.010	173.100
Despesas com Impostos e Taxas – ISS sobre Serviços	631.425	204.634
Total	<u>5.590.944</u>	<u>1.202.682</u>

A renúncia fiscal foi apresentada e controlada, em conta de compensação, para melhor evidenciação dessa redução ou isenção tributária.

Descrição	2022 R\$	2021 R\$
Isenção Usufruída – INSS Empresa	824.431	203.324
Isenção Usufruída – PIS S/ Folha	17.770	7.743
Isenção Usufruída – INSS Adolescente Trabalhador	2.650.869	486.503
Isenção Usufruída – PIS S/ Folha A.T.	72.124	23.518
Isenção Usufruída – CSSL	419.315	103.860
Isenção Usufruída – IRPJ	975.010	173.100
Isenção Usufruída – ISS sobre Serviços	631.425	204.634
Total da Renúncia Fiscal	<u>5.590.944</u>	<u>1.202.682</u>

NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de abril de 2023, através da Ata de Assembleia Geral Eletiva, foram aprovadas o que segue: (1) Prestação de Contas referentes ao exercício de 2022; (2) Previsão Orçamentária para o exercício de 2023; (3) Relatório de Atividades de 2022 e (4) Aprovação da nova Diretoria para o Biênio 2023/2025, com previsão de posse para o dia 13/05/2023.

*** **